

A qualidade de vida e o desenvolvimento humano na região de Suape/PE: a vulnerabilidade de comunidades autóctones em meio ao progresso industrial

The quality of life and human development in the region of Suape/PE: the vulnerability of native communities in the midst of industrial progress

La calidad de vida y el desarrollo humano en la región de Suape/PE: la vulnerabilidad de las comunidades autóctonas en medio del progreso industrial

Diego Costa Mendes¹

Humberta Karinne da Conceição Silva²

Débora Coutinho Paschoal Dourado³

Resumo

MENDES, Diego Costa; SILVA, Humberta Karinne da Conceição; DOURADO, Débora Coutinho Paschoal. A qualidade de vida e o desenvolvimento humano na região de Suape/PE: a vulnerabilidade de comunidades autóctones em meio ao progresso industrial. *Revista Ciência & Trópico*, v. 43, n. 1, p. 101-116, 2019. DOI: [10.33148/CeTropico-v.43.n.1\(2019\).1826](https://doi.org/10.33148/CeTropico-v.43.n.1(2019).1826)

O presente estudo, de caráter qualitativo, foi conduzido com base no relato de experiências vividas, na região de Suape (Pernambuco), a fim de identificar como se apresenta configurada a qualidade de vida e o desenvolvimento humano da região a partir de um estudo qualitativo básico na Unidade de Desenvolvimento Humano Engenho Ilha, localizada próximo ao Complexo Industrial Portuário Eraldo Gueiros. Procurou-se apreender como estão configuradas as dimensões ligadas ao trabalho e renda, habitação, abastecimento de água, e relação que a comunidade mantém com a terra e com os empreendimentos próximos, em contraste ao Índice de Vulnerabilidade Social do IPEA. As 15 entrevistas realizadas na região destacaram a importância de abordagens qualitativas a fim de aproximar as análises sociais da complexidade presente em cada realidade. Concluiu-se que o desenvolvimento promovido pelos empreendimentos no entorno da região vêm provocando exclusão de comunidades autóctones, negligenciando a qualidade de vida desta população.

Palavras-chave: *Qualidade de vida. Desenvolvimento humano. Vulnerabilidade social.*

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); diegocostape@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3193-7034>

² Professora da Escola Superior de Marketing (ESM/FAMA); humbertakarinne87@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3986-9016>

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); dcpdourado@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8316-8551>

Abstract

MENDES, Diego Costa; SILVA, Humberta Karinne da Conceição; DOURADO, Débora Coutinho Paschoal. The quality of life and human development in the region of Suape/PE: the vulnerability of native communities in the midst of industrial progress. *Journal Ciência&Trópico*, v. 43, n. 1, p. 101-116, 2019. DOI: [10.33148/CeTropico-v.43.n.1\(2019\)_1826](https://doi.org/10.33148/CeTropico-v.43.n.1(2019)_1826)

This study was conducted based on the reports of lived experiences in the area of Suape (Pernambuco), in order to identify how the quality of life and the human development of the region are configured according to a qualitative study in the Engenho Ilha Human Development Unit, located near the Eraldo Gueiros Industrial Port Complex. Tried to grasp how they are configured dimensions related to work and income, housing, water supply, and respect the community have with the land and the next projects, in contrast to the Social Vulnerability Index from IPEA. The 15 interviews conducted in the region highlighted the importance of qualitative approaches to approximate the social analysis of this complexity in each reality. It was concluded that the development promoted by the developments surrounding the section have led to the exclusion of indigenous communities, neglecting the quality of life of this population.

Keywords: Quality of life. Human development. Social vulnerability.

Resumen

MENDES, Diego Costa; SILVA, Humberta Karinne da Conceição; DOURADO, Débora Coutinho Paschoal. La calidad de vida y el desarrollo humano en la región de Suape/PE: la vulnerabilidad de las comunidades autóctonas en medio del progreso industrial. *Revista Ciência&Trópico*, v. 43, n. 1, p. 101-116, 2019. DOI: [10.33148/CeTropico-v.43.n.1\(2019\)_1826](https://doi.org/10.33148/CeTropico-v.43.n.1(2019)_1826)

Este estudio se realizó en base al informe de experiencias en la zona de Suape (Pernambuco) con el fin de identificar la forma en que se ha fijado la calidad de vida y el desarrollo humano de la región a partir de un estudio cualitativo básico sobre la Unidad de Desarrollo Humano Engenho Ilha, ubicada cerca del Complejo Industrial Portuario Eraldo Gueiros. Se buscó comprender cómo están configuradas las dimensiones relacionadas al trabajo y renta, vivienda, abastecimiento de agua, y la relación que la comunidad mantiene con la tierra y con los emprendimientos cercanos, en contraste al Índice de Vulnerabilidad Social del IPEA. Las 15 entrevistas realizadas en la región destacaron la importancia de enfoques cualitativos a fin de aproximar los análisis sociales de la compleja realidad vivenciada en nuestra sociedad. Se concluyó que el desarrollo impulsado por los emprendimientos en el entorno de la región viene provocando exclusión de comunidades autóctonas, en consecuencia, hay una apatía por la calidad de vida de esta población.

Palabras clave: Calidad de vida. Desarrollo humano. Vulnerabilidad social.

Data de submissão: 09/04/2019

Data de aceite: 24/04/2019

1. Introdução

Há pouco mais de um século, o desenvolvimento tornou-se um status almejado e perseguido por todas as nações, possuindo posição central nos debates políticos, econômicos e sociais no mundo. Até meados da década de 1960, não havia a necessidade de se distinguir o desenvolvimento do crescimento econômico. Isso porque as nações desenvolvidas eram todas aquelas que haviam se tornado ricas por meio da industrialização (VEIGA, 2006). A concepção hegemônica do conceito versava (e ainda prevalece) em torno da perspectiva econômica, centrada na acumulação de capital mediante incremento da produtividade por meio da industrialização e de seu progresso técnico (BRESSER-PEREIRA, 2006).

De acordo com Santos e Rodríguez (2012), essa configuração da economia capitalista alicerçada no desenvolvimento econômico gera desigualdades de recursos e de poder, além de produzir formas de sociabilidade firmadas no autobenefício e na exploração exponencial das pessoas e dos recursos naturais da Terra, vulnerabilizando as condições de vida no mundo.

A partir de tais discussões, este trabalho debruçou-se sobre a região de Suape (entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, estado de Pernambuco), a fim de identificar como se apresenta configurada a qualidade de vida e o desenvolvimento humano da região a partir de um estudo qualitativo básico na Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) Engenho Ilha, localizada próximo ao Complexo Industrial Portuário Eraldo Gueiros – mais conhecido como Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) –, zona de grande canalização de investimentos públicos e privados nos últimos 20 anos.

Os principais investimentos recebidos pelo Complexo, ao longo de sua recente história, vieram do Programa Brasil em Ação, do governo de Fernando Henrique Cardoso (no final da década de 1990), e de incentivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (PÉREZ, GONÇALVES, 2012), os quais promoveram permanentes transformações na região, que têm interferido na dinâmica local das comunidades autóctones que vivem e sobrevivem dos recursos existentes na localidade, mesmo antes da instalação dos empreendimentos industriais e portuários (PÉREZ, GONÇALVES, 2012; SILVEIRA, 2010; MOTTA, 1978).

A fim de alcançar o objetivo anteriormente exposto, mediante relatos e vivência com moradores da localidade, buscou-se identificar as singularidades do contexto estudado, distinguir os aspectos apontados pela comunidade como sendo essenciais para sua vivência, e caracterizar aspectos ligados às três dimensões do índice de vulnerabilidade social (IVS) desenvolvido pelo IPEA.

Procurou-se dar espaço para perspectivas alternativas do desenvolvimento, que não sejam pautadas apenas pelo viés econômico. Nesse sentido, este trabalho traz contribuições a partir da crítica tecida ao modelo de desenvolvimento hegemônico, da valorização da dimensão social e da discussão do conceito de desenvolvimento sem as amarras limitadoras (econômicas) que impossibilitam a compreensão ampla sobre a realidade social, bem como, amplia o entendimento sobre a configuração local e possibilita novas formas de enxergar a sociedade e de manejar as políticas públicas. Ademais, almeja-se ainda munir os habitantes

da comunidade analisada de uma melhor compreensão acerca da realidade que os cerca e sobre os condicionantes que implicam sobre sua situação social e qualidade de vida.

2. Desenvolvimento: do modelo hegemônico à evidência de outras possibilidades

Impulsionado pelo ideal de progresso, o sistema capitalista promoveu sucessivas transformações que culminaram em sua consolidação no mundo (BRESSER-PEREIRA, 2006). Os critérios mercantis passaram a reger a organização da produção e submeteram o espaço social uma racionalidade instrumental. Dessa forma, a realidade social começou a ser largamente influenciada pelo viés econômico, o que denotou a ascendente subordinação do processo social àquela racionalidade (FURTADO, 1981).

Sob essa influência, a teoria do desenvolvimento prega que mediante uma postura mimética às estratégias econômicas dos países centrais de controlar gastos, liberar os mercados e aproveitar os meios de produção disponíveis, por meio da especialização de trabalho, da automatização e da industrialização, conceber-se-ia a alcunha do desenvolvimento. Desse modo, os países industrializados passaram a ser vistos como modelos de desenvolvimento (HEIDEMANN, 2010).

Ao se espelharem nos países ditos desenvolvidos, os países pobres constataram que não conseguiriam adotar a postura protecionista dos países ricos, pois necessitavam importar tecnologia e, ademais, sofriam concorrência das indústrias estrangeiras, fato não ocorrido no processo de desenvolvimento dos países ricos durante a Revolução Industrial. Soma-se a tudo isso o fato das economias mais precárias não terem acumulação primitiva, recorrendo aos investimentos e empréstimos estrangeiros para dinamizar sua economia (MADEIRO, 2011).

Tal conjuntura culminava, portanto, no mito do desenvolvimento, caracterizado por uma ilusão baseada no consumo sobre a ideia na qual “os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos” (FURTADO, 1981, p. 75), aceitando, dessa forma, inúmeros sacrifícios impostos por meio da perspectiva econômica, os quais tiram a atenção perante as necessidades e possibilidades indispensáveis à coletividade.

Somente na década de 1970, o desenvolvimento começou a ser enxergado não só como um conceito, mas como uma rede de conceitos integrados, multirrelacionais, que incluíam todos os aspectos da vida de uma coletividade — social, político, econômico, cultural, local (FISCHER, 2002).

Na ampliação de sua concepção, o desenvolvimento passou a ser abordado mediante sentido transformador e transitivo (BERNSTEIN, 1996), relacionando-se com a satisfação das necessidades básicas humanas, como nutrição, saúde e habitação, superação da pobreza absoluta, educação, garantia dos direitos civis e de oportunidades de trabalho, saneamento básico, abastecimento de água e serviço de esgoto, além de participação política. Tais concepções são alternativas ao desenvolvimento, e acreditam que a ideia de desenvolvimento com viés monetário não levará à realização das potencialidades humanas, pois promove desigualdade e exclusão (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2012).

Em meados da década de 1990, ganhou força outra linha de pensamento alternativa que trata o conceito de desenvolvimento por meio de um apelo local, mediante uma dimensão territorial, estruturando sua análise a partir dos próprios atores locais, suas redes e suas práticas internalizadas, deixando de lado a sistematização do planejamento centralizado de cima para baixo, ou do centro para a periferia. Começava-se a ter a noção de que, até para se expandir economicamente, era preciso alcançar certo grau de desenvolvimento social (TENÓRIO, 2007) e atentar para as especificidades das localidades, detentoras de lógica e interesses distintos da estratégia de desenvolvimento global (GOULART, 2006).

A diversidade de situações e a necessidade de analisar, medir e quantificar cada uma delas de maneira precisa levou ao desenvolvimento de instrumentos estatísticos denominados indicadores de desenvolvimento. Estes agregam um conjunto de múltiplos elementos com intuito de transmitir a complexidade da realidade analisada e, ainda, “contribuir para a definição de ações para implementação de políticas públicas com vistas a estabelecer processos de superação das desigualdades” (IPEA, 2015).

Um exemplo desse tipo de ferramenta é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), criado para compreender a exclusão social por meio de três dimensões: infraestrutura urbana, que abarca abastecimento de água, serviço de saneamento básico, serviço de esgoto e coleta de lixo; capital humano, que contempla aspectos saúde e educação; e renda e trabalho, que envolve fatores como desocupação de adultos, ocupação informal de adultos pouco escolarizados, dependência com relação a renda de pessoas idosas, e trabalho infantil. Essas dimensões possibilitam compreender as condições de bem-estar e acesso a direitos sociais nas sociedades contemporâneas, e sua ausência ou insuficiência constituem uma falha nos serviços públicos providos pelo Estado (IPEA, 2017).

Certo que nenhum indicador é suficiente para refletir a realidade tal como se apresenta, mostrando-nos uma parcial representação do todo social, análises qualitativas são necessárias para preencher as lacunas que a objetividade quantitativa não revela.

3. Qualidade de vida

Diferentemente das tradições convencionadas na economia, o enfoque na qualidade de vida não se limita à análise de recurso ou de renda das pessoas, amplia e substantiva-se no modo como as pessoas vivem, nas oportunidades que lhes são dadas para levar uma vida digna e satisfazer suas necessidades (SEN, 2010).

A partir da Revolução Industrial, entre o final do século XVIII e início do século XIX, o conceito passou a se associar à vida urbana e, no século XX, ao consumo (BUARQUE, 1993). Desde então, a análise sobre a qualidade de vida começou a recair no enfoque demasiadamente econômico, que comumente a associa ao padrão de bem-estar material, à renda familiar, à posse de bens, ao acesso a confortos básicos e a outras práticas de consumo, mediante estatísticas que procuram correlacionar tais aspectos ao “nível de vida” da população (MILES, 1996).

Apesar de no último século o conceito de qualidade de vida ter sido expressivamente associado ao uso e acesso a bens, isso foi perdendo força e agora passa a incorporar “aspectos mais amplos das condições de vida” (MILES, 1996, p. 635), tendo como uma

de suas metas a eliminação do apartheid social (BUARQUE, 1993) e, também, a compreensão das condições materiais/físicas ofertadas nos lugares (NAHAS, 2005).

A qualidade de vida passa ser a concebida como proveniente da percepção que as pessoas têm sobre sua própria vida, dentro do contexto cultural que vivem e do sistema de valores que as rodeiam (THE WHOQOL GROUP, 1995). Segundo Leff (2001, p. 320), nos países de Terceiro Mundo “a qualidade de vida toma sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento de diferentes culturas que definem seus estilos de vida, suas normas de consumo, seus gostos, seus desejos e suas aspirações”, referindo-se às reais condições de vida de populações e subgrupos de populações (MILES, 1996, p. 635).

Essa compreensão acerca de como se configura a qualidade de vida serve de recurso avaliativo sobre a situação em que se encontram as dimensões da vida dos indivíduos de uma determinada sociedade, apontando as instâncias que necessitam de maior atenção e investimentos do poder público, sinalizando aspectos que devem ser analisados com o propósito de melhorar suas condições vivenciais.

4. Procedimentos metodológicos

O presente estudo tem caráter fundamentalmente qualitativo e foi conduzido com base no relato de experiências vividas, buscando identificar como se apresenta configurada a qualidade de vida e o desenvolvimento humano da região de Suape/PE, a partir de uma pesquisa de campo longitudinal realizada na Unidade de Desenvolvimento Humano Engenho Ilha, do município do Cabo de Santo Agostinho, entre os anos 2014 e 2018.

Procurou-se apreender como se encontram configuradas as dimensões ligadas ao trabalho e renda, à habitação, ao abastecimento de água, e à relação que mantêm com a terra e com os empreendimentos próximos, em contraste ao índice de vulnerabilidade social do IPEA.

Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas na região, com duração entre 20 e 60 minutos cada. O número de entrevistados foi definido com base na saturação dos dados, a fim de acompanhar as mudanças na localidade ao logo dos últimos anos. Os entrevistados na comunidade foram selecionados de acordo com critérios como representatividade local, disponibilidade e indicação, segundo a técnica bola de neve. Em sua maioria, eram habitantes comuns — homens e mulheres, entre 18 e 70 anos — que pudessem ser representativos aos demais moradores da região.

Foi realizado, nesta pesquisa, análise de conteúdo amparada sobre as dimensões anteriormente citadas (categorias), na qual se privilegiou a repetição de frequência dos temas no conjunto de dados, permitindo maior fidelidade, distanciamento e relativização da análise (BARDIN, 2014). Entretanto, a fim de enriquecer a pesquisa, não se excluíram alegações originais e contextuais que não estavam dentre as maiores repetições faladas, trazendo significações importantes e específicas para o processo de investigação.

5. A Comunidade/UDH Engenho Ilha

A UDH Engenho Ilha se encontra, mais especificamente, na Zona classificada como Agro-Florestal (ZAF) pelo CIPS. Trata-se de uma zona rural vizinha a Ponte dos

Carvalhos (bairro do município do Cabo de Santo Agostinho — zona urbana), que ocupa uma região de aproximadamente 320 hectares (ENGENHO, 2014). Tem como atividade básica a agricultura familiar e é representada comunitariamente por meio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos.

A maioria dos moradores do Engenho Ilha viveu a maior parte da vida na região, ou é filha de moradores da região, tendo nascido e crescido no local, e hoje, além de morar, exerce alguma atividade ligada à terra. Como alegam os entrevistados abaixo:

Fui criado aqui. Cheguei aqui com 6/7 anos de idade. [...] Hoje eu sou aposentado, não é pela agricultura, é pelo meio industrial. Mas sempre meus pais faziam trabalho na agricultura. [...] Hoje eu planto. “Tô” lá na área, planto, tenho minha terra e trabalho como agricultor. Isso há mais de 25 anos. Depois que eu cheguei aqui, Suape nem existia (Entrevista 10).

32 anos, minha idade. Nunca me mudei para canto nenhum (Entrevista 12).

De acordo com os relatos, desde a entrada dessas pessoas na região, suas vidas passam a se atrelar à terra. Tanto o trabalho assalariado (nos engenhos de cana-de-açúcar) quanto o trabalho domiciliar estavam ligados à terra, é a partir dessa terra que os habitantes da localidade funcionalizavam suas vidas.

Segundo as informações, aparentemente uma das primeiras posses de terra concedida partiu desses Engenhos de cana-de-açúcar para seus trabalhadores — nesse caso, os atuais habitantes das comunidades localizadas no território de Suape. Na atualidade, grande parte desses primeiros moradores, trabalhadores do plantio e dos engenhos de cana, faleceu ou possui idade avançada. A maior parte dos ainda vivos continuam morando na região e criam seus filhos por lá.

Tem as pessoas que já moravam, que são os nativos, que trabalhavam na usina e plantavam cana pra usina e moravam. [...] Eu mesmo fui filho do pessoal daqui da área. Meu pai trabalhava na usina e a gente tinha uma área pra fazer o nosso trabalho. [...] Nessa época, de 56 pra cá, a usina tinha umas áreas que dava pra o pessoal plantar e cultivar o plantio dela, que era cana-de-açúcar. Aí ela dava uma área e o agricultor ia lá e plantava (Entrevista 10).

Percebe-se pelo relato que a chegada desses habitantes na região não se deu por invasão. Esses moradores tiram seu sustento ou complementam suas rendas a partir das atividades agrícolas, tal como comenta um dos entrevistados:

A maioria tira o sustento desse movimento. Ajuda o sustento, muitos tiram o sustento. Eu mesmo tenho uma renda [aposentado], mas eu mesmo ontem vendi 60 conto (reais) de coco (Entrevista 10).

A maioria dos habitantes do Engenho Ilha vive em média com um salário mínimo para sustentar a família. Logo, a atividade agrícola e a criação de animais surgem como a

alternativa que lhes fornece uma renda extra para suportar os gastos do dia a dia e garantir a manutenção e sobrevivência familiar.

5.1. Terra, trabalho e renda

O trabalho é uma categoria fundamental na sobrevivência e realização do ser humano, indispensável para o entendimento das relações que ele estabelece em coletividade (SILVA; MENDES, 2013), e para a constituição e humanização do ser social (ANTUNES, 2003). No Engenho Ilha, o trabalho é visto sob a mesma perspectiva. É por meio do trabalho exercido em suas terras que a população do Engenho Ilha luta por sua existência e cria as condições para sua reprodução.

Algumas pessoas trabalham em outras atividades fora da comunidade, mas dividem seu tempo com as práticas de cultivo e criação de animais. Outros vivem e sobrevivem exclusivamente das atividades na terra, como pode ser exemplificado nas falas a seguir:

A maioria vive da pesca, vive das plantações, vive do mangue. De tirar seu sustento do mangue. Não tem nem como se basear numa renda. Não tem um valor “x”. Porque se você não trabalha, você vive de coleta de caranguejo, de guaiamum, vive de comer caça, como preá, teju; eles comem o que aparece (Entrevista 1).

Se for possível, eu trabalho o dia todo aqui [na roça] (Entrevista 5).

As alegações refletem a importância que a terra e o trabalho nela representam para esse povo. A maioria dos habitantes não possui outro tipo de experiência ou formação, dedicando grande parte do seu dia a este ofício. Os entrevistados evidenciam, também, a dificuldade de se conseguir apoio para poderem melhorar o exercício de suas atividades na terra, como pode ser verificado nas alegações que seguem:

Como plantar se não tem semente, se a terra tem gengibre, mas ninguém pode tirar na enxada o gengibre. Mas pode tirar no trator. [...] Precisa-se de apoio (Entrevista 1).

Precisa de apoio no deslocamento dos produtos que a gente produz, na “escoação”, nas estradas (Entrevista 9).

Durante as entrevistas, foi muito citada a necessidade de apoio governamental nas questões essenciais para a comunidade. Entre elas, encontra-se a dificuldade de se conseguir ajuda de projetos que favoreçam a plantação e a criação de animais na comunidade, além de capacitação para os criadores e agricultores. Alegam que não é só dispor de um maquinário e/ou recurso, é preciso assistir e atingir o maior número de pequenos produtores possível. Com relação ao rendimento médio mensal, a maioria das famílias entrevistadas se mantém com 1 a 2 salários mínimos por mês, como citado abaixo:

A minha parte mesmo é o feijãozinho que eu vendo, é uns maracujás, é uns frangos, umas galinhas, os perus, uns negócio assim. E o salário de aposentadoria da minha esposa (Entrevista 4).

A renda da maioria das famílias é composta por remuneração de alguma atividade contratual ou ainda algum benefício, como aposentadoria ou “Bolsa Família”, somados aos dividendos arrecadados com a atividade agrícola ou de criação de animais.

Observa-se que as dimensões terra, trabalho e renda estão diretamente associadas ao que tange a dinâmica da comunidade. A terra possui centralidade na configuração de suas vidas; é a partir dela que funcionalizam seu dia a dia, exercem seu trabalho e retiram seu sustento, tanto no que se refere ao alimento que comem e no que é destinado à venda.

Quando perguntados sobre o que é significativo para suas vidas, uma das preocupações mais recorrentemente apontadas pelos entrevistados foi justamente a questão da terra, como pode ser depreendido na fala de um deles:

A melhoria para nós, a primeira coisa, acima de tudo: o título de posse para que a gente pudesse respirar e dizer: “Isso aqui é meu, nisso aqui eu mando” (Entrevista 1).

A terra constitui uma categoria elementar no dia a dia desse povo, por isso o pleito por sua posse também é uma preocupação veemente dos habitantes. Tal conjuntura pode sinalizar que ela — a terra — ocupa posição essencial para se compreender a qualidade de vida do Engenho Ilha, pois é na terra que eles vivem, produzem e tiram seu sustento. É na terra que eles encontram o sentido de suas vidas.

5.2. Abastecimento de água e esgotamento sanitário

A questão do abastecimento de água é uma outra recorrente preocupação relatada pela comunidade nas entrevistas. São poucas as residências que possuem água tratada e encanada. A importância desse recurso é reconhecida na fala destes entrevistados:

Muitas coisas aqui que faz falta, né. Principalmente, de tudo mesmo pra mim, é a água! Porque é o pior (Entrevista 2).

Aqui não possui água [...], nem potável, nem pra uso. [Os moradores] só consomem água através de cacimba, ou que eles pegam em botijões, as garrafas PET pra encher aqui [zona urbana] e levam de cavalo, de carro de mão para os sítios. (Entrevista 1).

A gente precisa de uma água aqui. A gente tem que sair com um carro de mão aqui para pegar uma água de beber lá na frente, porque essas água aqui nenhuma presta... se tivesse uma água pra nós encanada aqui dentro desses sítios era uma bênção (Entrevista 7).

Como pode ser observado nas declarações, a água é fator primordial para a sobrevivência da população. E não existem muitas alternativas para se conseguir água própria para o uso na região em que vive a comunidade. A principal forma de captação se encontra na zona urbana, porém os moradores se esbarram em outro problema: a mobilidade e falta de transporte público. Precisando percorrer longas distâncias para conseguir água potável.

Segundo depoimentos dos entrevistados, as fontes de águas limpas que existiam na comunidade estão poluídas por causa da retirada de areia pelas empreiteiras que buscam recursos na região e por outros impactos ao meio ambiente. Desse modo, apenas uma pequena parcela das residências possui água nas torneiras, resultado de ligações clandestinas ou poços artesanais feitos com recursos dos próprios habitantes. Alguns moradores relatam a situação:

A água é clandestina. Não tem registro de Compesa não. É clandestino. [...] Puxa lá da estação. Lá do outro lado. Se vim a Compesa e disser: “tem relógio não?!”; eu respondo: “pode botar!”. Entendeu? Minha conversa é essa! (Entrevista 8).

Nota-se que a clandestinidade das ligações de água existentes surge como saída para que essas pessoas possam ter o recurso do qual necessitam para se hidratar, para cozinhar e para manter suas plantações. Alguns moradores fizeram poços ou cacimbas em seus sítios com recursos próprios. Todavia, nem todos os habitantes possuem recursos financeiros para realizar a obra.

Outro serviço inexistente na região é o de esgotamento sanitário. As casas, em sua maioria, possuem um esgoto artesanal ou alguma vala que funciona como tal, como descrito por um dos moradores:

Aqui não tem. Tem uma fossa lá atrás. Não uma fossa como se diz. Eu cavei um poço para uma pessoa só. A precisão é pouca. Tá entendendo?! (Entrevista 8).

Segundo alguns moradores, diversos projetos e requerimentos foram submetidos à Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) a fim de que fornecesse água encanada e fizesse o esgotamento sanitário da região. Todavia, conforme explica um dos moradores, as solicitações à Compesa não foram atendidas:

Água, esse é o principal. Já mandei duas vezes o projeto pra Compesa e não quiseram liberar, porque disseram que o Complexo Portuário de Suape não permitiu. [...] Não permitiu que a Compesa ligasse a rede de água e de esgoto e de saneamento. Porque teria que vir água e teria que vir tudo, né?! Já fiz dois projetos pra lá e foram bem claros que “Suape” não autoriza. Algumas casas têm porque o pessoal foram emendando os canos e colocando clandestinamente. Umas casas logo do começo conseguem, mas o meio mesmo, o miolo não tem não. É uma dificuldade. Porque um poço é caro pra se cavar e nem toda área é dentro da área de valor de qualidade da água (Entrevista 1).

Por meio do comentário, pode-se perceber as dificuldades encontradas pela população para conseguir água adequada para uso. É interessante destacar o trecho em que o entrevistado sinaliza a água como sendo um recurso condutor de desenvolvimento para a região: “Porque teria que vir água e teria que vir tudo, né?!”, enxergando a água como atributo primário para qualquer outro tipo de melhoria que viesse a se fazer na região.

Sem o abastecimento de água, as condições necessárias para se promover desenvolvimento social na região são cada vez mais dificultadas ou, por vezes, negadas.

Com relação à água e ao saneamento, ressalta-se que são serviços públicos essenciais (Art. 10 da Lei nº 7783/89) e de interesse geral, que interferem na coesão social e na qualidade de vida, comprometendo a saúde individual e pública (QUEIROZ, 2009).

5.3. Habitação

A maioria dos habitantes do Engenho Ilha vive em casebres de taipa, de pedaços de madeira e papelão, ou de alvenaria sem reboco. Muitas destas moradias não possuem sequer piso. O chão das casas é de barro ou terra, o chamado “barro batido”.

A partir das visitas à comunidade, pode-se perceber a simplicidade da estrutura de algumas casas. Apesar disso, os moradores parecem estar satisfeitos com suas habitações, gostam da região em que vivem, apreciam a vizinhança e a tranquilidade do local. E quando indagados sobre o interesse de mudança para outra localidade, dizem que preferem permanecer no Engenho Ilha, mas temem que um dia possam ser forçados a sair:

A ideia é ficar. Com toda a dificuldade, a ideia é ficar (Entrevista 1).

Eu não tenho intenção de mudar não. Mas se tiver importância algum dia, a gente tem que sair. [...] Chegando “alguém” aqui na área ou o governo chegando, tanto faz amanhã como daqui a vinte anos. Tá entendendo?! A gente não sabe (Entrevista 8).

Rapaz, eu não tenho vontade de mudar não. Eu gosto muito daqui. [...] Agora se os “homens” quiserem que a gente saia, a gente tem que sair, né! (Entrevista 5).

Esse “alguém” e esses “homens” aos quais os últimos entrevistados fazem menção referem-se à administração do CIPS e às autoridades públicas. Os habitantes da comunidade relatam que sofrem constantes pressões e vigilância por parte da segurança particular do complexo de empreendimentos e se afligem com a iminência de serem forçados a deixar suas terras.

Essas pressões e a consequente vigilância impedem que os moradores realizem qualquer tipo de melhoria em suas residências sem que haja autorização expressa do CIPS. Tal situação causa estranheza aos habitantes, pois não reconhecem legitimidade nas ações por meio das quais o Complexo Industrial dita regras e imposições sobre as terras que essas pessoas ocupam há tanto tempo. Um dos entrevistados ilustra essa situação:

Muitos não têm condições de fazer, e alguns que tentam melhorar não conseguem, porque o Complexo não deixa. Pra fazer o que for tem que ser com ordem. Se não tiver ordem não faz. Tinha uma mulher que tinha um chiqueiro como banheiro, aí foi fazer a reforma no banheiro e teve que solicitar uma ordem. Um banheiro, veja só! (Entrevista 1).

De acordo com os entrevistados, aqueles que tentam realizar alguma construção ou modificação no lugar onde vivem correm o risco de ter a obra interrompida e até destruída:

A gente não pode fazer uma casa, uma cerca, que vêm cá e quebram. [...] Uma casa a gente não pode melhorar. [...] Não pode fazer benfeitoria na casa. [...] a gente tem uns viveiros aí, e foram dedurar lá em “Suape”. Quando eu dou fê, isso aí encheu de ripão. Quando eu olho eles botam um monte de polícia [como chamam os guardas particulares] (Entrevista 5).
Eu fui construir pela minha conta, sem ter ordem de “Suape”. Aí eles empombaram aí. Mandaram eu parar duas vezes. Aí eu fui em “Suape” e peguei uma ordem. A menina veio aqui, tirou a foto e viu essa casa caindo (Entrevista 6).

Segundo os relatos, muitas casas estão em situação precária por seus moradores não poderem realizar benfeitorias sem o consentimento do CIPS. A moradia corresponde a um dos anseios básicos dos indivíduos, mas, a partir dos relatos, a orientação do ‘desenvolvimento’ na região não está levando tal aspecto em conta, e parece não estimular a inclusão (coadunando com o pensamento de Sachs (2008)). Tal situação sinaliza, novamente, a sobreposição de interesses do capital privado sobre o interesse coletivo e a soberania popular (PEREIRA, 2008).

A dimensão habitação se apresentou como significativa para a comunidade. Ela está estreitamente ligada à questão da terra: lugar onde vivem, trabalham e plantam e de onde retiram seu sustento e onde se reconhecem como pessoas, e se sentem bem. Contudo, esta superficial tranquilidade se transmuta em insatisfação quando se veem impedidos de promover tais melhorias por causa de proibições externas, numa aparente sobreposição de interesses financeiros sobre os sociais.

6. Engenho Ilha e o IVS

Ao comparar os relatos dos entrevistados com o IVS, percebe-se que nos últimos anos o Engenho Ilha sofreu também influência do “boom” econômico proporcionado pelo CIPS, como pode ser observado na tabela do IVS do ano de 2000 a 2010.

Tabela 1: Índice de Vulnerabilidade Social (2000-2010) da UDH Engenho Ilha

Nome do Município	Nome da UDH	Ano	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Ilha / Bom Conselho	2000	0.297	0.402	0.253	0.235
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Ilha / Bom Conselho	2010	0.234	0.403	0.138	0.161

Fonte: IPEA (2017)

Diferentemente da leitura que se faz com o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), o IVS deve ser analisado de forma inversa. Dessa maneira, os valores próximos a 0 representam uma situação de “muito baixa” vulnerabilidade enquanto os próximos a 1 indicam “muito alta” (IPEA, 2017).

Ao analisar os indicadores da tabela acima, percebem-se algumas divergências entre os dados coletados e a realidade presenciada por esta pesquisa, no tocante à segregação social, política e econômica vivida pelos moradores do Engenho Ilha.

Os valores de IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho se encontram na situação de vulnerabilidade baixa. Logo, de acordo com os índices referentes a UDH formada pelo Engenho Ilha e pela comunidade Bom Conselho, haveria uma situação estável no que tange à trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, em termos de educação, saúde, e sua inserção no mundo do trabalho e da produção, destoando da realidade encontrada e descrita pelo contato com o campo em estudo.

No tocante ao IVS Infraestrutura Urbana, há a evidenciação de situação de alta vulnerabilidade, ou seja, há uma maior precariedade nas condições de moradia e da infraestrutura urbana, situação ratificada por esta pesquisa.

Como já explicitado anteriormente, os índices numéricos não refletem a totalidade e, tampouco, a especificidade de algumas problemáticas sociais enfrentadas pela comunidade Engenho Ilha, alvo da investigação deste estudo, possivelmente, devido às variáveis utilizadas, às diferenças dentro do perímetro de cada UDH e das desigualdades a nível intramunicipal. A importância de abordagens qualitativas, como a presente, ampliam as especificidades e aproximam as análises sociais da complexidade presente em cada realidade.

7. Conclusões

Com base na pesquisa, pudemos concluir que o modelo de desenvolvimento econômico e o imperativo da modernidade exercem influência sobre as transformações e sobre o desenvolvimento humano na localidade.

Trazendo essa reflexão para a UDH Engenho Ilha, percebe-se que o fluxo financeiro que é movimentado na região repassa a estranha ideia de que se promove uma mudança expressiva em toda a região, quando o que acontece, na realidade, é o que Nahas (2005) chama de “ilhas de bem-estar” rodeadas por um “mar de pobreza”, na tentativa de distinguir duas realidades tão próximas e tão diferentes.

Esse desenvolvimento promovido com assistência de investimentos público e privado em Suape (PE) vem provocando a exclusão dessa e de outras comunidades autóctones tanto do processo político sobre o território quanto sobre os direitos sociais, econômicos, coletivos e culturais que possuem como cidadãos. Constatando, portanto, o que foi apresentado na literatura: que o modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado exclusivamente nos ditames econômicos, promove exclusões e negligência à qualidade de vida da população. Na realidade pesquisada, não são respeitadas a identidade e a organização territorial das populações que nela vivem. Espaços de herança histórica são desconfigurados em prol de estratégias desenvolvimentistas centradas no incremento estrutural e industrial.

A ineficiência e/ou inexistência dos serviços públicos refletem que a sua qualidade de vida precisa se ampliar e substantivar. É necessário que o Estado esteja preocupado em perceber quais são as reais necessidades de seus cidadãos, o que se faz necessário para promover o desenvolvimento humano na localidade. Uma alternativa pode ser a abertura desse Estado à participação desses outros atores, a fim de descentralizar o planejamento de como o processo de desenvolvimento será conduzido para que se possa incluir, em vez de excluir, e para que se consiga disseminar ao contrário de concentrar, e que se socialize em oposição à política de privilégios. Apenas quando a questão humana for colocada como prioridade é que se promoverá justiça social e trabalhar-se-á imparcialmente em prol da melhoria de vida de sua população.

A compreensão sobre a qualidade de vida da comunidade Engenho Ilha deve constituir-se em instrumento transparente, consciente e compreensível, auxiliando no planejamento das políticas públicas e servindo de empoderamento da sociedade civil diante das atividades do poder público. Acredita-se, portanto, que este estudo pode servir de instrumento para o entendimento da realidade das comunidades de vida da região de Suape e, assim, vir a ser utilizada pela população local como documento formal explicativo de sua vivência e realidade.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1 ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. ed. rev. e atual. Coimbra/Portugal: Edições 70, 2014.
- BERNSTEIN, Henry. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.); GELLNER, Ernest; NISBET, Robert; TOURAINE, Alain (Coord.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Curso de Desenvolvimento Econômico, Fundação Getúlio Vargas, 2 de março de 2006.
- BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 31, dez. 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000300008>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- ENGENHO ILHA. Disponível em: <http://populacao.net.br/populacaoengenhoilha_cabodesantoagostinho_pe.html#>. Acesso: 15 dez. 2014.
- FISCHER, Tania. Poderes Locais, desenvolvimento e gestão - Introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tania. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais*: marcos teóricos e avaliação. Salvador/BA: Casa de Qualidade, 2002.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

GOULART, Sueli. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, v. IV, n.03, Outubro 2006.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social**, 2017. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso: 10 jan. 2019.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MADEIRO, Gustavo. A história do conceito de desenvolvimento e a ascensão das associações civis. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 4 a 7 set. 2011.

MILES, Ian D. Qualidade de vida. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.); GELLNER, Ernest; NISBET, Robert; TOURAINE, Alain (Coord.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MOTTA, Roberto. **O povoado de Suape**: economia, sociedade e atitudes. Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape, out. 1978.

NAHAS, Maria Inês P. Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: enfoques conceituais, espaciais e metodológicos envolvidos na mensuração e monitoramento da qualidade de vida urbana para formulação de políticas públicas. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XI, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 23-25 mai. 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PÉREZ, Mercedes Sola; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Desenvolvimento e Conflito Territorial - Primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape-PE, Brasil. **Revista de Geografia** (UFPE), v. 29, nº 2, 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2 ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: Ibplex, 2009.

- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Iraneide Pereira da; MENDES, Diego Costa. Trabalho e Subjetividade: uma discussão à luz do trabalho na contemporaneidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, I, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBEO, 2013.
- SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**, Leicester, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.
- VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: SILVA, Josué Pereira da. **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006.